

## ATA NÚMERO 42/XV/1.<sup>a</sup> SL

Aos quatro dias do mês de março de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala do Senado, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por [requerimento](#) do Grupo Parlamentar da IL, sobre a demissão da Presidente da Agência Nacional para a Inovação

3. Audiência à Associação Portuguesa das Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA) para dar a conhecer o trabalho educativo destas escolas e alertar para a necessidade de se encontrarem soluções para os seus problemas, nomeadamente alguns constrangimentos na articulação entre as diversas entidades das quais dependem

### 4. Aprovação de ata

- Da reunião da Comissão de 21 de março de 2023

### 5. Comunicações do Presidente

#### 5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

##### i. Projeto de lei – generalidade

- [Projeto de Lei n.º 685/XV/1.<sup>a</sup> \(CH\)](#) – Determina o fim da cobrança de taxas de admissão e emolumentos pela prestação de provas de doutoramento.

- [Projeto de Lei n.º 686/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Financiamento do Ensino Superior Público
  - [Projeto de Lei n.º 688/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)
  - [Projeto de Lei n.º 687/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes
  - [Projeto de Lei n.º 689/XV/1.ª \(BE\)](#) – Altera a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto
- ii. Projeto de resolução – generalidade
- [Projeto de Resolução n.º 581/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo um conjunto de pressupostos a considerar na reforma do financiamento do Ensino Superior
  - [Projeto de Resolução n.º 585/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Construção de uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário, na freguesia de Fernão Ferro
- 5.2. Relatório da audição conjunta no Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens
- 5.3. Relatório da audiência à Comissão de Pais do Colégio Eduardo Claparède, presidida pela Deputada Rosa Venâncio (PS)
- 5.4. Conferência internacional «*DIGITAL LITERACY: WHY IT MATTERS FOR REPRESENTATIVE DEMOCRACY*»

- 5.5. Convite da Comissão Organizadora do XXII Congresso de Nutrição e Alimentação & III Congresso Internacional de Nutrição e Alimentação para a Comissão de Educação e Ciência integrar a Comissão de Honra deste Congresso
- 5.6. Audição regimental do Ministro da Educação
- 5.7. Proposta do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens para audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação
- 5.8. Pedido de audiência de Lucas Mateus
- 5.9. Cancelamento do Café de Ciência

6. Discussão e votação na especialidade de projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030
- [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

7. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 667/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento

- Relator: Deputado António Topa Gomes (PSD)

8. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 593/XV/1.ª \(CH\)](#) – Apoio ao alojamento e transporte ao pessoal docente com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo

- Relator: Deputada Palmira Maciel (PS)

9. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 103/XV/1.ª](#) – Em defesa dos nossos Professores!

10. Fixação da redação final dos [Projetos de Resolução n.º 456/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas e [n.º 495/XV/1.ª \(IL\)](#) – Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das perdas das aprendizagens

11. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Coordenador Nacional do Desporto Escolar, Doutor Rui Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a rotatividade nas competições daquele desporto

12. Outros assuntos

13. Data das próximas reuniões

---

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou o adiamento do ponto 11, respeitante ao requerimento apresentado pelo PSD.

A proposta de Ordem do Dia, com a alteração acima referida, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

2. Audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por [requerimento](#) do Grupo Parlamentar da IL, sobre a demissão da Presidente da Agência Nacional para a Inovação

O Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha deu as boas-vindas à Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato e ao Senhor Secretário de Estado da Inclusão, Pedro Nuno Teixeira e lembrou a grelha de tempos da audição.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL), no âmbito da apresentação do requerimento da IL, referiu, em síntese, que a Presidente da Agência Nacional de Inovação (ANI), entidade que tem um papel fundamental a nível de ciência e tecnologia, pediu a demissão, tendo referido que se verifica indefinição em certas matérias e descoordenação a nível do Governo, não tendo havido sequer aprovação superior do plano de atividades da ANI.

Na intervenção colocou depois várias questões, nomeadamente, o papel da ANI em vários programas, como sejam o Portugal 2020-2030, realçou várias informações prestadas pela Presidente daquela entidade e questionou o que justificou a falta de resposta do Governo.

A Senhora Ministra prestou esclarecimentos sobre a matéria.

Intervieram depois os Senhores Deputados José Pedro Ferreira (PS), António Topa Gomes (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Manuel Loff (PCP) e Carla Castro (IL), que fizeram perguntas e apreciações, tendo a Senhora Ministra respondido na sequência de cada uma das intervenções.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#) e constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa um desenvolvimento aprofundado nesta sede.

3. Audiência à Associação Portuguesa das Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA) para dar a conhecer o trabalho educativo destas escolas e alertar para a necessidade de se encontrarem soluções para os seus problemas, nomeadamente alguns constrangimentos na articulação entre as diversas entidades das quais dependem

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos membros da delegação da APEPA, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação da APEPA referiu o seguinte, em síntese:

1. A Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA) foi criada a 1 de julho de 1994 e é composta por 14 escolas públicas e 1 privada;
2. Portugal tem como missão, até 2030, atingir os 55% dos alunos do secundário no ensino profissional, mas para atingir esta meta é necessário valorizar este tipo de ensino, não só pelo Ministério, mas também pelas famílias e dotar as escolas de condições e definir uma estratégia clara de valorização do ensino profissional;
3. As 14 escolas profissionais públicas são, neste momento as únicas escolas públicas na completa dependência do Ministério da Educação uma vez que não entraram no processo de transferência de competências para as autarquias ([Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#));
4. Estas escolas têm uma especificidade muito própria porque têm associada uma exploração agrícola e têm condições para que os alunos adquiram competências nas áreas de formação de Produção Agrícola e Animal, Silvicultura e Caça, Floricultura e Jardinagem, Proteção do Ambiente, Turismo e Lazer, Indústrias Alimentares e Hotelaria e Restauração;
5. Necessidade da definição urgente da dotação de Assistentes Operacionais (AO) para as explorações agrícolas, segundo a [Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro](#), os AO afetos à exploração agrícola não deverão contar para o rácio;
6. Precariedade dos técnicos especializados em todas as componentes tecnológicas e de formação;

7. Dificuldade de articulação entre as diferentes entidades de que as escolas dependem: Ministério da Educação, Ministério da Agricultura e Alimentação, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), Programa Operacional Capital Humano (POCH) e Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE);
8. Requisitos definidos pela ANQEP para o curso de Técnico(a) de Produção Agropecuária que, em 26 de dezembro de 2022 alterou a idade mínima exigida para 16 anos. O requisito da idade vai colidir com a idade de ingresso da maioria dos alunos dos cursos profissionais, já que mais de 90% entram com 15 anos;
9. Mais flexibilidade na abertura/aprovação de turmas de ofertas formativas em áreas estratégicas com a possibilidade de alargamento de projeto piloto de partilha de turmas em territórios de baixa densidade;
10. Não foi aprovado um único Centro Tecnológico Especializado (CTE) da tipologia industrial para a área da Agricultura. Os CTE deveriam ter sido direcionados para facilitar a recuperação de espaços de salas de aulas e aquisição de equipamentos.

Intervieram depois os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), João Marques (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Manuel Loff (PCP) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a delegação da APEPA referiu o seguinte, em síntese:

1. Relativamente ao acesso ao ensino superior, está assegurado por três vias: através dos exames normais, no sistema científico-humanístico, através dos exames feitos nos institutos e presentemente será aberta uma turma em todas as universidades agrárias, para todos os alunos do ensino profissional na média dos 20%;
2. Para as explorações agrícolas não existem funcionários atribuídos porque o rácio não está definido. No fundo é dar cumprimento à [Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro](#), que diz que os AO afetos à produção vegetal ou à produção animal não serão contabilizados para efeitos de cálculo da dotação. Tanto mais

- que estes profissionais têm requisitos muito específicos, com perfis muito diferentes;
3. Não há no grupo de recrutamento 560 professores suficientes para dotar as escolas e quando falamos de técnicos especializados não falamos só dos ligados à área Agrícola, do 560, mas também de outras áreas e também não ligados à área da formação como por exemplo psicólogos;
  4. Relativamente aos CTE, na primeira fase todas as vagas para as escolas públicas foram preenchidas, mas nenhum da tipologia industrial para a área da Agricultura foi aprovado. Se os critérios não forem alterados, por muito que se melhorem as candidaturas, isto vai continuar a acontecer;
  5. A ANQEP está a rever os currículos e os percursos formativos em diferentes áreas de formação e preocupa-nos a extensão dos planos de estudo muito extenso e deveria ser autorizado o desdobramento de turmas;

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

#### 4. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de 21 de março de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

#### 5. Comunicações do Presidente

- 5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas
  - iii. Projeto de lei – generalidade

O Senhor Presidente, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), informou que baixaram à Comissão as iniciativas abaixo referidas, para apreciação na generalidade, devendo os respetivos pareceres ser apreciados na reunião de 19/04 e que os relatores seriam os que se indicam:

- [Projeto de Lei n.º 685/XV/1.ª \(CH\)](#) – Determina o fim da cobrança de taxas de admissão e emolumentos pela prestação de provas de doutoramento – Deputada Germana Rocha (PSD);
- [Projeto de Lei n.º 686/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Financiamento do Ensino Superior Público – Deputado do PS;
- [Projeto de Lei n.º 688/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior) – Deputado Alexandre Poço;
- [Projeto de Lei n.º 687/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes – Deputado do PS;
- [Projeto de Lei n.º 689/XV/1.ª \(BE\)](#) – Altera a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto – Deputado do PS.

iv. Projeto de resolução – generalidade

Indicou ainda que o [Projeto de Resolução n.º 581/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo um conjunto de pressupostos a considerar na reforma do financiamento do Ensino Superior – baixou à Comissão em 30/03/2023 e o respetivo autor solicitou a sua discussão no Plenário.

Deu também conta de que em 31/3/2023 baixou à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 585/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Construção de uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário, na freguesia de Fernão Ferro – tendo o Senhor Deputado António Cunha (PSD) indicado que pretendem a sua discussão no Plenário.

5.2. O relatório da audição conjunta no Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens – do Movimento Cidadão Diferente (MCD) e da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (Fenacerci), que teve lugar em 15/03/2023, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

5.3. O relatório da audiência à Comissão de Pais do Colégio Eduardo Claparède, presidida pela Deputada Rosa Venâncio (PS), foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

5.4. O Senhor Presidente da Comissão informou que a conferência internacional «*DIGITAL LITERACY: WHY IT MATTERS FOR REPRESENTATIVE DEMOCRACY*» é co-organizada pela Assembleia da República e nove parlamentos europeus, decorrerá no Parlamento português de 16 a 18 de junho de 2023, utilizará apenas a língua inglesa e o PSD já remeteu sugestões sobre os temas elencados e os oradores a convidar, tendo solicitado contributos aos restantes Grupos Parlamentares.

5.5. Referiu depois que a Comissão Organizadora do XXII Congresso de Nutrição e Alimentação & III Congresso Internacional de Nutrição e Alimentação dirigiu um convite à Comissão para integrar a Comissão de Honra deste Congresso, que decorrerá em 11 e 12/5/2023, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, representa um dos eventos mais antigos e de maior dimensão da área da nutrição e alimentação, em Portugal, reunindo cerca de 1500 participantes e terá como tema central «*NUTRITION IN A CHANGING WORLD*» e caso haja resposta favorável solicitam o envio do logotipo da AR, para inserção no site oficial do Congresso.

Informou ainda que no congresso de 2022 as Comissões de Agricultura e Pescas e da Saúde integraram a Comissão de Honra e propôs que a Comissão de Educação e Ciência o fizesse este ano, não se tendo registado nenhuma objeção.

5.6. Tendo o Senhor Ministro da Educação solicitado que a data da sua audiência regimental fosse alterada para 09/05/2023 (terça-feira) ou 10/05/2023 (quarta-feira), foi consensualizada realizá-la em 09/05/2023, às 15h.

5.7. Por proposta do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens foi deliberado fazer a audiência do Presidente do Conselho Nacional de Educação numa reunião da Comissão (a agendar em articulação com o mesmo), sobre a avaliação do Plano, resultados e efeitos das medidas implementadas nas várias áreas.

5.8. O Senhor Presidente da Comissão deu conta dum pedido de audiência de Lucas Mateus, um jovem de 18 anos, que reside no Cartaxo, esteve no ensino especial, não concluiu o 9.º ano e pretende concluí-lo, informando que só a Escola Secundária de Camões, em Lisboa, tem um curso de Educação e Formação de Adultos que pode dar resposta, tendo as respetivas aulas tido início no final de fevereiro, mas têm um horário das 18h45 às 23h35 e o jovem não tem transportes públicos para regressar à sua residência, pelo que pediu uma audiência urgente para expor a situação e pedir ajuda.

Apreciado o pedido na reunião da Comissão de 16/2 foi consensualizado obter junto do Ministro da Educação (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com brevidade, informação sobre a possibilidade de se encontrar uma solução para o pedido, com a frequência de um estabelecimento mais perto da sua residência. Até ao momento ainda não foi recebida resposta.

O aluno, em 29/3/2023, dirigiu à Comissão e ao Presidente da Assembleia da República novo pedido de audiência urgente. Nessa sequência foi reiterado o pedido de informação ao Ministro da Educação e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Apreciada a situação, foi consensualizado aguardar as respostas das entidades em causa.

5.9. O Presidente da Comissão informou ainda que não estavam reunidas as condições para a realização do Café de Ciência, agendado para 19 de abril, pelo que o mesmo era cancelado.

#### 6. Discussão e votação na especialidade de projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030
- [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

Adiado, a pedido do PSD.

7. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 667/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento

O parecer foi apresentado pelo relator, Senhor Deputado António Topa Gomes (PSD) e de seguida aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, verificando-se a ausência da IL e do BE.

8. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 593/XV/1.ª \(CH\)](#) – Apoio ao alojamento e transporte ao pessoal docente com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo

O parecer foi apresentado pela relatora, Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) e de seguida aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, verificando-se a ausência da IL e do BE.

9. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 103/XV/1.ª](#) – Em defesa dos nossos Professores!

O relatório final da petição foi apresentado pelo relator, Senhor Deputado António Cunha (PSD) e de seguida aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, verificando-se a ausência da IL e do BE.

10. Fixação da redação final dos [Projetos de Resolução n.º 456/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas e [n.º 495/XV/1.ª \(IL\)](#) – Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das perdas das aprendizagens

A Comissão fixou a redação final, conforme despacho disponível nos projetos de resolução.

11. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Coordenador Nacional do Desporto Escolar, Doutor Rui Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a rotatividade nas competições daquele desporto

Adiado, a pedido do PS.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data das próximas reuniões

Foi consensualizado que a próxima reunião da Comissão será no dia 11 de abril de 2023, às 15h00, sendo feita a audição dos peticionários da Petição n.º 117/XV/1.<sup>a</sup> – Pelo direito a um regime de mobilidade de docentes por motivo de doença para todos os professores – apresentada por Filipe Ferreira Rocha, com 1.191 subscritores, de que será relator um Deputado do PS.

O Senhor Presidente lembrou que nos dias 17 e 18 de abril terão lugar as Jornadas Parlamentares do CH.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h55, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Alexandre Quintanilha)

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)  
Alexandre Quintanilha (PS)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Catarina Lobo (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Porfírio Silva (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Tiago Estevão Martins (PS)  
António Cunha (PSD)  
Cláudia André (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Maria Emília Apolinário (PSD)  
Rui Cruz (PSD)  
Sónia Ramos (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
Carla Castro (IL)  
Manuel Loff (PCP)  
Gil Costa (PS)  
José Pedro Ferreira (PS)  
Pompeu Martins (PS)  
António Topa Gomes (PSD)  
João Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Mortágua (BE)